

Lei : nº 7313 de 30.04.93  
D.O.M: Nº 10108 de 11.05.93

*Sancionada*



CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



## DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

**DIGITALIZADO**

EM: 10.11.00

*Baltar Robertinho*  
FUNCIONÁRIO

DATA 16/03/93

PROJETO DE LEI Nº 053/93

ASSUNTO: Considera de Utilidade Pública, a Sedição  
de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará,  
na forma que indica -

VEREADOR

*Gorete Pereira*

LEI

Nº 7313

DE

30/04/93

DIOM

Nº 10108

DE

11/05/93

ARQUIVO

14.05.93



Lei: 073131993

Projeto: 00531993

Autor: GORETE PEREIRA

Assunto: UTILIDADE PUBLICA





Dom nº 10108 de 11.05.93

## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº **7313** DE **30** DE **abril** DE 1993.

Considera de utilidade pública a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, na forma que indica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

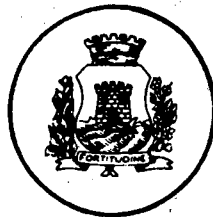
Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, sociedade civil, sem fins lucrativos com sede e foro em Fortaleza.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA CIDADE, EM **30** DE **abril** DE 1993.

ANTONIO ELBANO CAMBRAIA  
Prefeito Municipal

fao



COMISSÃO DE *Beirões*  
DESIGNO O VEREADOR *Moreira*  
*Leites* COMO RELATOR  
Em 24/03/93 *John Batista*  
Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

Em 01/03/1993

*Amir J. Moura*  
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 053 /93

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO

Em 01/04/1993

*[Assinatura]*  
PRESIDENTE

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO

Em 29/03/1993

*[Assinatura]*  
PRESIDENTE

Considera de utilidade pública, a FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ, na forma que indica.

À COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em 01/04/1993

*[Assinatura]*  
PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública, a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Fortaleza.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em 16 de Março de 1993.

*Amir J. Moura*  
VEREADORA - GORETE PEREIRA

### JUSTIFICATIVA

A Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, é uma sociedade sem finalidade lucrativa, que tem por objetivos: promover a integração entre as várias entidades comunitárias, visando incentivar a participação de todos na luta por direitos sociais, econômicos, culturais e democráticos.

Ante a exposição dos objetivos e finalidades da entidade, cremos na aprovação da matéria em pauta.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, em 16 de Março de 1993.

*Amir J. Moura*  
VEREADORA - GORETE PEREIRA

EJS/93

1. Alfred L. Smith  
 2. Charles E. Smith  
 3. John E. Smith  
 4. John E. Smith  
 5. John E. Smith  
 6. John E. Smith  
 7. John E. Smith  
 8. John E. Smith  
 9. John E. Smith  
 10. John E. Smith  
 11. John E. Smith  
 12. John E. Smith  
 13. John E. Smith  
 14. John E. Smith  
 15. John E. Smith  
 16. John E. Smith  
 17. John E. Smith  
 18. John E. Smith  
 19. John E. Smith  
 20. John E. Smith  
 21. John E. Smith  
 22. John E. Smith  
 23. John E. Smith  
 24. John E. Smith  
 25. John E. Smith  
 26. John E. Smith  
 27. John E. Smith  
 28. John E. Smith  
 29. John E. Smith  
 30. John E. Smith  
 31. John E. Smith  
 32. John E. Smith  
 33. John E. Smith  
 34. John E. Smith  
 35. John E. Smith  
 36. John E. Smith  
 37. John E. Smith  
 38. John E. Smith  
 39. John E. Smith  
 40. John E. Smith  
 41. John E. Smith  
 42. John E. Smith  
 43. John E. Smith  
 44. John E. Smith  
 45. John E. Smith  
 46. John E. Smith  
 47. John E. Smith  
 48. John E. Smith  
 49. John E. Smith  
 50. John E. Smith  
 51. John E. Smith  
 52. John E. Smith  
 53. John E. Smith  
 54. John E. Smith  
 55. John E. Smith  
 56. John E. Smith  
 57. John E. Smith  
 58. John E. Smith  
 59. John E. Smith  
 60. John E. Smith  
 61. John E. Smith  
 62. John E. Smith  
 63. John E. Smith  
 64. John E. Smith  
 65. John E. Smith  
 66. John E. Smith  
 67. John E. Smith  
 68. John E. Smith  
 69. John E. Smith  
 70. John E. Smith  
 71. John E. Smith  
 72. John E. Smith  
 73. John E. Smith  
 74. John E. Smith  
 75. John E. Smith  
 76. John E. Smith  
 77. John E. Smith  
 78. John E. Smith  
 79. John E. Smith  
 80. John E. Smith  
 81. John E. Smith  
 82. John E. Smith  
 83. John E. Smith  
 84. John E. Smith  
 85. John E. Smith  
 86. John E. Smith  
 87. John E. Smith  
 88. John E. Smith  
 89. John E. Smith  
 90. John E. Smith  
 91. John E. Smith  
 92. John E. Smith  
 93. John E. Smith  
 94. John E. Smith  
 95. John E. Smith  
 96. John E. Smith  
 97. John E. Smith  
 98. John E. Smith  
 99. John E. Smith  
 100. John E. Smith

3º R. P. J. DE PORTALEZA - CEARA  
REGISTRO Nº. 74310

**Emis.:**

Rua Major Fausto 34

Art. 1º - A FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITARIAS DO /

§ Único : A FECECE, não fará distinção de cor, nacionalidade, concepção política, filosófica ou religiosa, nem distinção de sexo ou qualquer outro tipo de discriminação de seus membros associados e de seus beneficiários;

a) - Promover a mais ampla integração e troca / entre todas as entidades comunitárias existentes no o incentivo a participação de todas na luta por direi-ômicos, culturais, democráticos enfim, os mais elementa-umanos;

c) - Prestar assistência às entidades filiadas no to de suas lutas e na promoção das condições de vida de

e) - Reinvidicar junto aos poderes públicos a exigidas que lhes assegurem a satisfação de suas necessidades, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida;

CAP. II - DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E FISCALIZADO

Art. 3º - A FECECE terá como instância deliberativa os

Art.4º - A FECECE terá um conselho Fiscal,composto /  
membros efetivos e 03(treis)membros suplentes,eleitos  
com a diretoria,com mandato idêntico ao (da Diretoria;

## CAP. III - DO CONGRESSO

Art.5º - O Congresso é o Órgão máximo da FECECE e compõe-se de todos os delegados das Entidades Filiadas, no gozo de / seus direitos, tendo a faculdade de resolver, dentro dos dispositivos estatutários, todos os assuntos referentes às atividades da mesma;

Art.6º - O Congresso da FECECE, reunir-se-á:  
a) - Ordinariamente de treis em treis anos para apreciação do relatório de atividades, obalanco do exercício fin - do e a eleição da nova diretoria e do Conselho Fiscal;  
b) - Extraordinariamente, em qualquer época, quando convocado pelo conselho de Entidades, através de no mínimo / dois terços de seus membros, por proposta da Diretoria ou por iniciativa do próprio Conselho;

Art.7º - A convocação do Congresso será feita por edital de convocação publicado em jornal de circulação Estadual e afixada na sede com antecedência mínima de trinta dias úteis, em relação à sua realização, onde será especificada a data e local da reunião;

## CAP. IV - DO CONSELHO DE ENTIDADES:

Art.8º - O CONSELHO DE REPRESENTANTES será / composto pelo Presidente de cada Entidade filiada ou por seu substituto estatutário;

Art.9º - O CONSELHO DE ENTIDADES reunir-se-á / semestralmente ou extraordinariamente quando convocado pela diretoria ou por auto-convocação de acordo com o quorum estabelecido no art. 6º, alínea b ;

Art.10º - O CONSELHO DE ENTIDADES é o Órgão deliberativo máximo da FECECE entre a realização dos congressos;

## CAP. IV - DA DIRETORIA:

Art.11º - A Diretoria será composta por um Presidente, um 1º Vice-presidente, um 2º Vice-presidente, um vice-presidente da Região Metropolitana, um vice-presidente da Região litorânea / um vice-presidente da região serrana, um vice-presidente da região Sertão central, um vice-presidente da Região do Cariri, um vice-presidente da região dos Inhamuns, um vice-presidente da Região Jaguaribana, um vice-presidente da Região Norte, um vice-presidente da Região Centro-Sul, um SECRETÁRIO GERAL, um 1º Secretário, um 2º secretário, UM TESOUREIRO GERAL, um 1º Tesoureiro, um 2º Tesoureiro, um Diretor de Imprensa e comunicação, um Diretor de Cultura, um Diretor de Esporte e Lazer, um Diretor de Educação, um Diretor de Abastecimento, um Diretor de Patrimônio, um Diretor de Desenvolvimento Urbano e Habitação, um Diretor de Desenvolvimento Agrário, um Diretor do Departamento do Idoso, um Diretor do Departamento Estudantil, um Diretor do Departamento da Juventude, um / Diretor do Departamento de Segurança, um Diretor do Departamento da / criança, um Diretor do Departamento Social, uma Diretora do Departamento da Mulher, um Diretor do Departamento para assuntos Municipais, um / Diretor do Departamento Sindical, um Diretor do Departamento de atividades Produtivas, um Diretor do Departamento de Relações Ecumênicas, um Diretor do Departamento Jurídico, um Diretor do Departamento Técnico, um Diretor de Relações Metropolitanas, um Diretor de Transportes, um Diretor de Relações Internacionais, um Diretor do Departamento do Negro, um Diretor do Departamento do Índio, um Diretor do Departamento do Deficiente, um Diretor do Departamento do Consumidor, um Diretor do Departamento de Saúde.

Art. 12º - A Diretoria Executiva composta pelo Presidente, 1º Vice-presidente, 2º vice-presidente, Secretário-Geral, 1º Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro-Geral, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro.

CAP. V - DA DIRETORIA:

Art. 13º - Compete à Diretoria:

- a) - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) - Deliberar sobre a criação de Departamentos, / Instâncias Consultivas, Organizativas, executivas e de Assessoria designando a estes no ato de sua criação, competências e prerrogativas correspondentes;
- c) - Executar as Resoluções aprovadas pelo Congresso e pelo Conselho de Entidades aos quais prestará contas, sob o parecer do Conselho Fiscal;
- d) - Ampliar a ação da FECECE a nível Estadual / de modo tal, que o conjunto da população participe das atividades que / as venham beneficiar;

§ Primeiro : A Diretoria deliberará sempre com a presença de metade mais um de seus membros;

§ Segundo : A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, no mínimo trimestralmente ou extraordinariamente por convocação de dois / terços de seus membros;

Art. 14º - Compete à Diretoria Executiva:  
Exercer as prerrogativas definidas no Art. 13º entre as reuniões da Diretoria;

§ Primeiro: A Diretoria Executiva reunir-se-á na periodicidade definida por seus membros ou a qualquer momento por convocação da Presidência ou por metade mais um de seus membros;

§ Segundo: A Diretoria Executiva deliberará por maioria simples de seus membros presentes, desde que todos os seus membros tenham sido convocados;

§ Terceiro: A Diretoria Executiva prestará conta de / seus atos à Diretoria;

Art. 15º - COMPETE AOS MEMBROS DA DIRETORIA :

AO PRESIDENTE:

- Representar a FECECE, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente em qualquer oportunidade;
- Coordenar e presidir as reuniões da Diretoria, e / da Diretoria Executiva, do Conselho de Entidades e do Congresso;
- Convocar quando necessário as reuniões da Diretoria Executiva;
- Orientar as diversas atividades programadas e devidamente programadas, postas em execução;
- Assinar com o Tesoureiro, os cheques e visar os recibos após o visto do tesoureiro;
- Assinar com o Secretário-Geral as Atas das reuniões;

- b) - Aprovação das despesas apresentadas pela Diretoria quando não deixar dúvidas;
- c) - Convocar o Conselho de Entidades sempre / que houver dúvidas a respeito das despesas apresentadas pela Diretoria desde que esta mesma Diretoria manifeste má vontade em prestar / contas ao Conselho Fiscal;
- d) - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente de seis em seis meses, antes da reunião ordinária do Conselho de / Entidades para aprovação dos balancetes da Diretoria; Extraordinariamente, por convocação do Conselho de Entidades a qualquer momento;

CAP: VII - DAS ENTIDADES FILIADAS.

Art. 17º - Serão consideradas filiadas todas as Entidades Comunitárias regularmente inscritas;

§ primeiro: É Direito de Cada Entidade filiada:

- a) - Votar nas reuniões do Conselho de Entidades através de seu presidente ou de seu substituto estatutário ;
- b) - Participar e votar no Congresso através de seus delegados eleitos de acordo com o regimento do Congresso aprovado pelo Conselho de Entidades;
- c) - Opinar sobre os trabalhos desenvolvidos pela FECECE;
- d) - Usufruir dos benefícios e serviços / prestados pela FECECE ao conjunto das Entidades filiadas;

§ segundo: São deveres das Entidades filiadas:

- a) - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e demais resoluções aprovadas pelo Congresso, pelo Conselho de Entidades e pela Diretoria;
- b) - Prestigiar a FECECE através de sua participação ativa em toda e qualquer atividade por ela realizada;
- c) - Contribuir financeiramente para a FECECE conforme determinação do Conselho de Entidades;

CAP. VIII - DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL.

Art. 18º - A Eleição para escolha da Diretoria e do Conselho Fiscal da FECECE, ocorrerá de três (03) em Três (03) anos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes de terminar o mandato / em exercício, no Congresso da FECECE;

Art. 19º - As chapas que concorrerem às eleições devem ser inscritas junto à Direção do Congresso da FECECE, de / acordo com o regimento aprovado pelo Conselho de Entidades;

CAP. IX - DAS RENDAS

Art.20º - As rendas da FECECE serão constituídas pela contribuição de suas entidades filiadas, subvenções governamentais, doações e resultados de promoções filantrópicas e culturais;

CAP. X - DAS PENALIDADES

Art.21º - As entidades filiadas estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) - Advertência, quando publicamente desrespeitar as finalidades da FECECE, de acordo com o Art.2º-Cap.I;
- b) - Suspensão do direito de voto quando persistir nesta atitude;
- c) - Exclusão, em caso de utilização de recursos conseguidos pela FECECE em benefício pessoal ou individual;

CAP.XI - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS:

Art.22º - Este estatuto só poderá ser reformado ou alterado, total ou parcialmente, por decisão do Congresso por maioria simples dos delegados presentes;

Art.23º - Os membros da Diretoria da FECECE não receberão qualquer remuneração, nem poderão utilizar a entidade para fins político-partidários, profissionais ou comerciais que impliquem em benefício próprio;

Art.24º - Nenhum membro da Diretoria poderá ocupar mais de um cargo ao mesmo tempo;

Art.25º - Os sócios não respondem nem solidária nem subsidiariamente pelas dívidas assumidas pela entidade;

Art.26º - A extinção da FECECE só poderá ser decidida / em congresso convocado especificamente para este fim, desde que tenha aprovação de dois terços dos delegados presentes;

Art.27º - Com a extinção da FECECE todo o seu patrimônio se reverterá a uma associação congênere;

Art.28º - Em caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria Executiva, não será necessária nova eleição, assumindo o substituto estatutário;



AO 1º VICE-PRESIDENTE:

Auxiliar e substituir o presidente em suas faltas e impedimentos;

AO 2º VICE-PRESIDENTE:

Auxiliar e substituir o 1º Vice-presidente em suas faltas e impedimentos;

AOS VICE-REGIONAIS:

Dirigir e coordenar o trabalho da FECECE em suas respectivas regiões;

AO SECRETÁRIO-GERAL:

- Manter em ordem todos os serviços da secretaria;
- Secretariar as reuniões da Diretoria, do Conselho de Entidades e do Congresso;
- Redigir e assinar, com o presidente as atas das reuniões da Diretoria, do Conselho de Entidades e do Congresso, bem como os ofícios e demais correspondências da FECECE;

AO 1º SECRETÁRIO:

- Auxiliar e substituir ao Secretário-Geral em suas faltas e impedimentos;

AO 2º SECRETÁRIO:

- Auxiliar e substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos;

AO TESOUREIRO-GERAL :

- Manter em ordem a contabilidade;
- Responder por todas as arrecadações e pela guarda de valores da FECECE;
- Assinar com o presidente os cheques;
- Efetuar pagamentos com o visto do presidente;
- Coordenar as campanhas financeiras;
- Elaborar o balanço semestral;

AO 1º TESOUREIRO:

- Auxiliar e substituir o Tesoureiro Geral em seus impedimentos;

AO 2º TESOUREIRO:

- Auxiliar e substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;

AOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS:

- Dirigir e coordenar o trabalho da FECECE em seus respectivos setores;

CAP. VI - DO CONSELHO FISCAL:

Art. 16º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) - Fiscalizar as Despesas realizadas pela Diretoria;

Art.29º -

Os casos não previstos neste estatuto

to serão resolvidos pela Diretoria sob referendo do Conselho de Entidades e do Congresso ;

Art.30º -

Este Estatuto entrará em vigor na / data de sua publicação.

Fortaleza, 06 de agosto de 1989.

*antonio agostinho de souza vitoriano*

ANTONIA AGOSTINHO DE SOUZA VITORIANO.

End. Rua do Gêlo, 45-Bairro Edson Queiróz. End. R. Soares Bulcão, 277/5010

Profissão: Cozinheira.

Estado civil: Casada.

CPF: 201.286.903-30

IDENT. 890.500.2000867-SSP-CE

PRESIDENTE.

FORTALEZA-CE

*Sandra Maria Ribeiro Lopes*  
SANDRA MARIA RIBEIRO LOPES.

M.Castelo - Fortaleza-Ce

Prof. Contadora.

Est. Civil: casada .

CPF. 395.233.307-72

IDENT. 330.193-SSP-ES.

SECRETÁRIA-GERAL.

*Mancel Nery Martins Coriolano*  
MANCER NERY MARTINS CORIOLANO  
CPF: 5.005

CARTÓRIO MELO JÚNIOR 60. Ofício de Notas Públicas RUA MAJOR FACUNDO, 713 Fone: 231-1553	Reconheço a(s) Firma(s)	Supra <input type="checkbox"/> Infra <input type="checkbox"/>
	ANTONIA AGOSTINHO DE SOUZA VITORIANO	Retra <input type="checkbox"/> ao Lado <input type="checkbox"/>
	SANDRA MARIA RIBEIRO LOPES	
	27.11.90	
	Fortaleza	de Verdade
Ass.	José Evandro de Melo Júnior - 80. Tabelião Regnóberto M. Melo Júnior - Oficial Maior	
Esp. no Imp. Ocasional do Tabelião		

*José Maria Correia Filho*  
JOSÉ MARIA CORREIA FILHO  
Escritor do Imped. Ocasional do Tabelião



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS  
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C  
FICHA DE INSCRIÇÃO  
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

1

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A, A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ORGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- 6 - PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

02 02

ETIQUETA PROTOCOLO DO C. G. C.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO C.G.C.

35 025 212/0001-08

\* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 INFORMAÇÕES GERAIS

03 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.? SIM ☐ 01 8 NÃO ☒ 02 6

04 SOLICITAÇÃO DE BAIXA HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS? SIM ☐ 03 0 NÃO ☐ 04 9

05 NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.

N.º BÁSICO  N.º ORDEM  CONTROLE

04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

06 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE

IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	<input checked="" type="checkbox"/> 00 9	LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	<input type="checkbox"/> 08 4
EXPORTAÇÃO	<input type="checkbox"/> 01 7	ENERGIA ELÉTRICA	<input type="checkbox"/> 09 2
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	<input type="checkbox"/> 02 5	MINERAIS	<input type="checkbox"/> 10 6
IMPORTAÇÃO	<input type="checkbox"/> 03 3	TRANSMISSÃO PROP. IMOBILIÁRIA	<input type="checkbox"/> 11 4
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)	<input type="checkbox"/> 04 1	ICM	<input type="checkbox"/> 12 2
IPÍ	<input type="checkbox"/> 05 0	PROPRIEDADE TERRITORIAL E PREDIAL URBANA	<input type="checkbox"/> 13 0
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	<input type="checkbox"/> 06 8	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	<input type="checkbox"/> 14 9
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	<input type="checkbox"/> 07 6		

05 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

07 MÊS DE BALANÇO  08 PERCENTUAL DO CAPITAL

09 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")

MENOS DE C\$ 100 ☐ 01 6 ENTRE C\$ 100 E C\$ 1.000 ☐ 02 4 MAIS DE C\$ 1.000 ☒ 03 2

06 NATUREZA JURÍDICA

10 ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO

EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)	<input type="checkbox"/> 00 6	EMPRESA PÚBLICA	<input type="checkbox"/> 10 3
SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	<input type="checkbox"/> 01 4	SOC. DE ECONOMIA MISTA	<input type="checkbox"/> 11 1
SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.	<input type="checkbox"/> 02 2	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO)	<input type="checkbox"/> 12 0
SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA	<input type="checkbox"/> 03 0	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO)	<input type="checkbox"/> 13 8
SOC. COMANDITA SIMPLES	<input type="checkbox"/> 04 9	EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	<input type="checkbox"/> 14 6
SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES	<input type="checkbox"/> 05 7	FUNDAÇÃO	<input type="checkbox"/> 15 4
SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	<input type="checkbox"/> 06 5	ASSOCIAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> 16 2
SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	<input type="checkbox"/> 07 3	AUTARQUIA	<input type="checkbox"/> 17 0
SOC. COOPERATIVA	<input type="checkbox"/> 08 1	ÓRGÃO PÚBLICO	<input type="checkbox"/> 18 9
FILIAL, SUCURSAL, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR	<input type="checkbox"/> 09 0		

07 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE

11 DESCRIÇÃO **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E ASSISTENCIAL** 12 CÓDIGO **01 1 1**

08 DENOMINAÇÃO

13 FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL **FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ**

14 NOME DE FANTASIA

09 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE

15 TIPO (RUA, AV., ETC.) **RUA** 16 NOME DO LOGRADOURO **BAUXITA**

17 NÚMERO **000004** 18 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)

19 BAIRRO OU DISTRITO **MUCURIPE** 20 CEP **60165** 21 SIGLA DA U.F. **CE**

22 MUNICÍPIO **FORTALEZA** 23 CÓDIGO DO MUNICÍPIO **1389** 24 CÓDIGO DA INSPECTORIA

10 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

25 INSCRIÇÃO NO CPF NÚMERO BÁSICO **201286903** CONTROLE **301**

26 NOME **Antonia Agostinho de Sousa Vitoriano**

11 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

27 DATA **03.12.90**

28 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Antonia Agostinho de Sousa Vitoriano*

12 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

29 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR CÓDIGO **7** ANO **0** GRUPO **1** NÚMERO

13 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

**03.1.01.00-2**

**03/12/90**

**DRF - FORTALEZA - CE**

14 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

30 DATA DE RECEPÇÃO **03/12/90** 31 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO **2.374.644-0**

**FICHARIO CENTRAL DE OBRAS SOCIAIS DO CEARA — F.C.O.S.C.**

Registrado no Conselho Nacional de Serviço Social de acordo com o Processo 22.217/1960/ de 14/03/1960 e considerado, de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 6.372 de 29/06/1963

**ATESTADO DE FUNCIONAMENTO**


Decreto nº 10.165 - (Diário Oficial do Estado do Ceará de 02.02.1973)

Decreto nº 19.003 - (Diário Oficial do Estado do Ceará de 17.12.1987)

A P R E S I D E N T A do Fichário Central de Obras Sociais do Ceará, sediada em Fortaleza,

A T E S T A, para os fins previstos nos Decretos nº 10.165 de 01 de fevereiro de 1973 e nº 19.003 de 15 de dezembro de 1987 e por solicitação escrita da parte interessada, que a entidade FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNIT. DO EST. DO CEARÁ situada na Rua: João Lobo Filho nº 15 Bairro Piedade em Fortaleza, está registrada neste Fichário sob o nº 5903S07026 / 92, com base na documentação apresentada e encontra-se em funcionamento, conforme foi verificado, através de visita realizada pela pesquisadora Tereza Nascimento - Técnica da Área - Departamento de Ação Comunitária da Fundação da Ação Social.-----  
FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ.-----

Fortaleza, 16 de julho de 19 92

  
\_\_\_\_\_  
Presidência do F.C.O.S.C.

  
\_\_\_\_\_  
Cons. Técnica do F.C.O.S.C.

Este atestado tem validade de seis (6) meses conforme art. 4º do Decreto nº 10.165 de 1º. 02.1973.

Decreto nº 19.003 de 15.12.1987 conforme o art. 5º só será concedida a subvenção social à entidade devidamente registrada no F.C.O.S.C.

mtas.

EXTRATO DO ESTATUTO DA ESCOLA SECUNDINO PASSOS. A Escola Secundino Passos é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Fortaleza-Ce à Rua Boa Vista nº 841-Mucuripe. Fundada em 11 de janeiro de 1987. Tendo por finalidade principal a instrução de pessoas carentes, de baixa renda. É Administrada por uma Diretoria e um Conselho Administrativo. A Escola Secundino Passos é mantida, assistida e dirigida pelo Centro Espirita Esmael Caridade e Luz, e por um grupo de pessoas amigas, com registro na secretaria da escola, intituladas colaboradoras. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os estatutos são reformáveis por deliberação dos associados em assembleia geral. O patrimônio da entidade será herdado pelo Centro Espirita Esmael Caridade e Luz. O prazo de duração e por tempo indeterminado. DIRETORIA.

NRP 21524 - B

\*\*\*

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES DE ALTO BONITO. A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Alto Bonito é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Camindé-Ce. Tendo por finalidade: de reivindicar passiva e ordenadamente, junto aos poderes públicos, Municipais, Estaduais e Federais, por melhores condições de vida de seus associados em todos os aspectos, quanto a saúde, educação, habitação, urbanismo, segurança pública, alimentação, assistência materno infantil, lazer etc. É Administrada por uma Diretoria e um Conselho Fiscal, cabendo ao Presidente a representação ativa passiva, judicial e extrajudicial em suas relações com terceiros. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os estatutos são reformáveis por deliberação dos associados em assembleia. Em caso de extinção por deliberação dos associados em assembleia, o seu patrimônio se reverterá a entidade congênere. O prazo de duração e por tempo indeterminado. A DIRETORIA: PRESIDENTE - FRANCISCO DE ASSIS HONORATO FEITOSA, brasileiro, casado, professor.

NRP 21524 - B

\*\*\*

EXTRATO DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO JUDITE BONFIM PEREIRA UCHOA. A Fundação Judite Bonfim Pereira Uchoa é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Cascavel-CB. Tendo por finalidade de desenvolver melhoria nas áreas de pesca, agricultura, educação, esporte e saúde, assistência médica, farmacêutica, dentária social e sanitária, a aos pescadores, agricultores e pessoas pobres e seus dependentes; etc. É Administrada por uma Diretoria e um Conselho Fiscal, cabendo ao Presidente a representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial em suas relações com terceiros. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os estatutos são reformáveis

por deliberação de 2/3 (dois terços) dos associados em assembleia geral. Em caso de extinção por deliberação dos associados em assembleia, o seu patrimônio se reverterá a entidade congênere. O prazo de duração e por tempo indeterminado. A DIRETORIA: PRESIDENTE - MARTHA MARIA CAMINHA DE BRITO, brasileira, casada, do lar.

NRP 21524 - B

\*\*\*

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO CONJUNTO CASTELO BRANCO. A Associação Comunitária do Conjunto Castelo Branco é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Fortaleza-Ce à rua Haroldo Torres-Presidente Kennedy. Tendo por finalidade organizar os moradores do Conjunto com vistas a seus interesses e reivindicar junto aos poderes públicos a execução das medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida; etc. É Administrada por uma Diretoria e um Conselho Fiscal, cabendo ao Presidente a representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial em suas relações com terceiros. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os estatutos são reformáveis por deliberação de 2/3 (dois terços) dos seus associados em primeira convocação e em segunda por maioria simples. Em caso de extinção por deliberação dos associados em assembleia, o seu patrimônio se reverterá a entidade congênere. O prazo de duração e por tempo indeterminado. A DIRETORIA:

NRP 21524 - B

\*\*\*

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FRANCISCA CAVALCANTE FIALHO. A Associação Comunitária Francisca Cavalcante Fialho é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Tauá-Ce - Distrito de Barra Nova. Tendo por finalidade estabelecer maior integração entre a localidade de cachoeirinha e circunvizinhanças; executar atividades, projetos e programas de Ação social, bem como, colaborar com as referidas instituições, serviços e programas, visando a promoção humana e social, o bem estar de pessoas, famílias e grupos; etc. É Administrada por uma Diretoria, cabendo ao Presidente a representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial em suas relações com terceiros. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os estatutos são reformáveis por deliberação de 2/3 (dois terços) dos seus associados em pleno gozo. Em caso de extinção por deliberação dos associados em assembleia, o seu patrimônio se reverterá a entidade congênere. O prazo de duração e por tempo indeterminado. A DIRETORIA:

NRP 21524 - B

EXTRATO DO ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. A Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Fortaleza-Ce à rua Boa Vista nº 841-Mucuripe. Tendo por finalidade promover a mais ampla integração e troca de experiências entre todas as entidades comunitárias existentes no Estado, visando incentivar a participação de todas na luta por direitos sociais, econômicos, culturais, democráticos enfim, os mais elementares direitos humanos. É Administrada por uma Diretoria e um Conselho Fiscal, cabendo ao Presidente a representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial em suas relações com terceiros. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os estatutos são reformáveis por decisão do Congresso por maioria simples dos delegados presentes. Em caso de extinção, o patrimônio se reverterá em congresso convocado especificamente para este fim, desde que tenha aprovação de dois terços dos presentes. O seu patrimônio se reverterá a entidade congênere. O prazo de duração e por tempo indeterminado. A DIRETORIA: PRESIDENTE - ANTONIA AGOSTINHO DE SOUZA VITORIANO, brasileira, casada, cozinheira, CPF 201286903-30.

NRP 21524 - B

VIZ 21524

19.008.680

EXTRATO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÁUDIO OLIVEIRA.

Fica constituída em 02.5.89, entrando em vigor a partir da data da publicação do presente extrato, com sede, foro em Jaguaratama-CE, objetivando sobretudo congregar os moradores do bairro Pe. Sebastião Marleno para lutarem por seus interesses comuns, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÁUDIO OLIVEIRA. Será administrada pela Assembleia Geral, por uma Diretoria e pelo Conselho Fiscal, cabendo ao Diretor-Presidente representá-la ativa e passiva, em juízo ou fora dele, ficando isentos os seus associados de quaisquer responsabilidades subsidiárias. A Associação terá prazo de duração indeterminado e em caso de extinção, que somente ocorrerá por deliberação unânime em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, seus bens se integrarão ao patrimônio de uma entidade congênere designada na ocasião da Assembleia Geral. Assina a Diretoria: José Elias Neto, Carteira de Identidade nº 308777-SSP-CE, CPF nº 262617233-20 - Presidente; Francisco Santiago Lopes, CI 887190-SF-SP-CE - Vice-Presidente; Maria do Socorro da Silva, CI 504165/82 - SSP-CE - Secretário e Irnilde Rufino de Souza, CI 504154/82 - SSP-CE - Tesoureiro.

NR 46203 - A

POSIÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NO EXERCÍCIO DE 1990  
FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FECECE  
CGC/MF - 35 025 212/0001-08

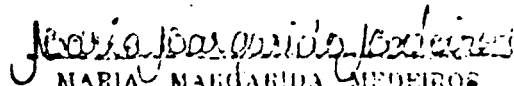
RECEITAS

Saldo do Caixa em 31.12.1989 .....	8,40
Arrecadação com Promoções .....	152.542,60
	<u>152.551,00</u>

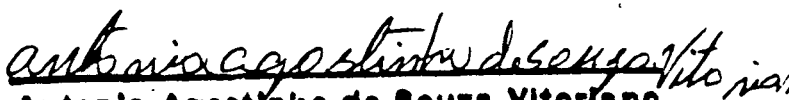
DESPESAS

Despesas com Material de expediente .....	19.840,00
Despesas com xerox .....	6.000,00
Despesas com energia elétrica .....	18.560,00
Despesas Diversas .....	37.652,00
Despesas com serviços gráficos .....	26.000,00
Despesas com deslocamento .....	9.780,00
Despesas com alimentação .....	7.500,00
Despesas com material de limpeza .....	12.460,00
	<u>137.792,00</u>
Saldo do Caixa p/o exercício seguinte .....	14.759,00
	<u>152.551,00</u>

Fortaleza, 31 de dezembro de 1990

  
MARIA MARGARIDA MEDEIROS  
Téc. Contab. - CRC - 7.561 Foto 226-4829

  
José Aécio Silveira Pinheiro  
TESOUREIRO

  
Antonia Agostinho de Souza Vitoriano  
PRESIDENTE

105634

CARTÓRIO MORAIS CORREIA-2º RTD  
FORTALEZA

11/12/95 2

ATA DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA  
DA FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITARIAS  
DO ESTADO DO CEARÁ - FECECE GESTÃO 92/95.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE MIL  
NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS, NA SEDE  
DA FEDERAÇÃO, RUA JOÃO LOBO FILHO, 15 -  
PIEDADE. ÀS 17:45 (DEZESETE HORAS E QUAR-  
RENTA E CINCO MINUTOS) TOMOU POSSE A  
DIRETORIA EXECUTIVA COMPOSTA DOS SE-  
GUINTE MEMBROS: PRESIDENTE: MARCOS AN-  
TONIO ALVES DE MELO CPF 057.912.783-49  
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE: ANTONIO WILSON  
DA SILVA CPF 219.967.923-34, SEGUNDO  
VICE-PRESIDENTE: FRANCISCA ALVES DA COSTA  
CPF 378.911.703-04, SECRETÁRIO-GERAL MARIA  
STELLA ALVES DE SOUZA CPF  
PRIMEIRO SECRETÁRIO: MARCELO WAGNER  
VASCONCELOS CPF 442.691.533-34, SEGUNDO  
SECRETÁRIO: MARIA AVANI SILVEIRA PINHEI-  
RO CPF 245.688.303-97, TESOUREIRO-GERAL  
ESIO FEITOSA LIMA CPF 256.591.113-00,  
PRIMEIRO TESOUREIRO FRANCISCA ALICE  
MUXIO MACHADO CPF 900.030.544-24,  
SEGUNDO TESOUREIRO: JOÃO GUEDES  
DE MOURA CPF 123.878.434-87, CONSE-  
LHO FISCAL: PRESIDENTE: MARIA JOSÉ  
DAMASCENO CPF 071.187.403-49  
JOSE FERREIRA SOBRAL CPF 210.167.  
803-97, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
LIMA CPF 212.575.583-15, SUPLEN-  
TES DO CONSELHO: JOSE CLOVIS  
NOBUEIRA CPF 172.469.203-82  
MARIA INACIA LOPES DA SILVA

CPF 210.594.893-68 E FRANCISCO  
ANTONIO ALVES DA SILVA CPF 821.  
221.807-49, PRESIDENTE: ~~Maria Antônia~~  
1º VICE-PRESIDENTE: ~~Wilton~~ — 2º VICE-  
PRESIDENTE: Francisco Alves da Costa  
TÁRIO-GERAL: M<sup>ra</sup> Stela Olives de Souza - PRIMEIRO  
SECRETÁRIO: Manoel Wagner Figueiredo - SEGUNDO  
SECRETÁRIO: Maria Inês Siqueira Pinheiro  
RO-GERAL: Lúcio Teodoro de Azevedo - PRIMEIRO  
TESOUREIRO: Francisco de Paula Figueiredo - SEGUNDO  
TESOUREIRO: João Guedes de Azevedo  
A POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA  
O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL  
RESSALTOU AS NORMALIDADES DOS TRA-  
BALHOS E O PRESIDENTE EM POSSA-  
DO DIRIGIU-SE AOS PRESENTES E AGRA-  
DECEU A TODOS. OPORTUNIDADE QUE TOMOU POR  
CONSELHO FISCAL: PRESIDENTE: Maria José Damasceno  
José Américo Sobral. (José Alberto)  
José Cláudio Moutinho, Maria Inês Siqueira Pinheiro da Silva  
Francisco Antônio de Azevedo, DELEGADOS:  
José João de Souza, APÓS TOMA-  
REM POSSE DO CONSELHO FISCAL  
FOI PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO  
ELEITORAL, DECLARADO ENCERRA-  
DOS OS TRABALHOS, DETERMINAN-  
DO A LAVATURA DA PRESENTE  
ATA POR MIM SUB-ESCRITA, ANTONIA  
GUEDES CABRAL MONTE ROCHA, Antonia Guedes  
Gabriel Aguiar e pelo PRESIDENTE  
ASSIGNADA



# Fecece e LBA liberam recursos para projetos comunitários

A Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará (Facece) formalizou ontem à tarde na sede da Legião Brasileira de Assistência (LBA) a assinatura de convênios com 312 entidades comunitárias visando a formação e reciclagem profissional e o apoio a projetos comunitários. Pelo acordo firmado anteriormente entre LBA e Facece serão repassados um total de Cr\$ 995.119.294,00 para implementação de 799 projetos, o que corresponde a 120.751 pessoas beneficiadas.

A execução dos programas, geridos agora pela Facece, representa em valores atuais 80% dos investimentos previstos pela LBA-CE para os próximos meses, utilizando recursos previstos ainda no orçamento de 1991. A verba será canalizada, para efetivação dos projetos de Formação e Reciclagem Profissional, Apoio a Projetos Comunitários e Micro Unidades de Produção.

Segundo o Superintendente da LBA no Estado, Leorne Belém, o projeto de formação e reciclagem profissional proporcionará o treinamento de 25 mil pessoas em diferentes cursos que as capacitarão para aumentar a renda familiar. Para esses projetos serão destinados Cr\$ 139.634.166,00 distribuídos entre entidades da Capital e Interior.



Representantes dos centros comunitários assinaram os convênios

Dentro do projeto de apoio a projetos comunitários, cerca de 30 mil famílias, ou 150 mil pessoas, serão beneficiadas com ações que visam a melhoria de habitações através de mutirões. O investimento será da ordem de Cr\$ 435.485.128,00. Numa etapa posterior serão liberados também recursos para a construção de micro unidades de produção. A administração da verba será da Facece e o apoio técnico ficará a cargo da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematerce). Pelo menos 107 comuni-

dades rurais diretamente beneficiadas com esse projeto, orçado em Cr\$ 420 milhões

## SOLENIDADE

A assinatura dos convênios que além dos representantes da LBA e Facece, contou com a presença do Secretário do Trabalho e Ação Social do Município, João Alves de Meio e do Superintendente do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA), Roberto Gaspar, foi marca-

da por uma homenagem póstuma a ex-dirigente da LBA-CE e Primeira Dama do Estado, Luiza Távora. Lembrou Leorne Belém que "D. Luiza, como dirigente da LBA deixou o marco de sua passagem edificando os Centros Comunitários, hoje Centros Sociais". Para ele, Luiza Távora encarnou o espírito de luta pela realização de um trabalho voltado para minorar o sofrimento dos mais carentes e necessitados.

Dentro desse espírito, o tesoureiro da Facece Aécio Pinheiro, disse que os recursos que estão sendo repassados pela LBA representam a retomada de um trabalho conjunto, sendo que agora a execução dos projetos se dá de forma mais organizada através de uma entidade comunitária representativa. De acordo com ele a Facece conta hoje com 2.200 entidades filiadas em todo Estado.

"O benefício além dos próprios recursos vem com a formação dos dirigentes comunitários que passam a gerir eles mesmos a verba e têm a chance de aperfeiçoarem-se", considerou Aécio Pinheiro. Para o ano de 1992, revelou que aguarda a liberação de verbas ainda mais significativas e projetos que proporcionem um crescimento qualitativo das comunidades cearenses.

**Fortaleza, Ceará — Terça-feira, 18 de fevereiro de 1992**

Foto: Stênio Seralva



Belém lembrou D. Luíza Távora na solenidade e disse que o dinheiro do povo

## LBA assina convênio com associações para implementar projetos

Convênio entre Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Federação das Entidades Comunitárias do Estado do Ceará (Fecece) foi assinado, na tarde de ontem, na sede da LBA, quando representantes de diversas entidades se fizeram presentes. O plano, já aprovado, refere-se ao repasse do montante de Cr\$ 995 milhões, 119 mil e 294 cruzeiros, a serem aplicados em 799 projetos, sendo 452 na capital e 347 distribuídos no interior do Estado, beneficiando um total de 120.751 pessoas.

Este foi o primeiro convênio firmado entre governo Federal e a Fecece. Segundo a representante das assistentes sociais da LBA, Maria do Carmo Maia, é um momento de muita responsabilidade. "Convênios como esse eram celebrados sempre através da Prefeitura ou Estado. É preciso não esquecermos que a continuidade desse trabalho dependerá da ação empreendida pelas entidades", frisou. O superintendente da LBA, Leorne Belém, depois de prestar homenagem póstuma a dona Luíza Távora - "como pessoa que promoveu impulso às obras de assistência social" - adiantou que "o dinheiro do povo deve ser recebido e gerido pelo próprio povo", ocasião em que foi aplaudido entusiasticamente pelos representantes das associações.

### PROJETOS DE APLICAÇÃO

Os recursos serão aplicados da seguinte maneira: Cr\$ 139 milhões em projetos de Formação e Reciclagem Profissional; Cr\$ 435 milhões, em programas de Apoio a Projetos Comunitários; e Cr\$ 420 milhões, no projeto Micro Unidades de Produção. Presentes ainda à solenidade na Legião, o secretário do Trabalho e Ação Social do Município, João Melo, e o presidente da Federação das Entidades, José Ronald da Silva.

De acordo com o superintendente da LBA, os projetos de Formação e Reciclagem Profissional efetuarão o treinamento de 25 mil pessoas. São cursos de iniciação profissional, com capacitação para as funções de marceneiro, bombeiro hidráulico, eletricitista, mecânico, cabelereiro e floricultor, entre outros. Com relação ao Apoio a Projetos Comunitários, 30 mil famílias serão beneficiadas com melhoria de moradia, enquanto que o valor destinado a Micro Unidades de Produção contará com assessoramento técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), e será desenvolvido, na zona rural, com a produção de rapa de mandioca, para alimentação do rebanho.

## PRODUTORES

### Agricultores de mandioca recebem recursos

Os pequenos produtores de mandioca de 59 Municípios, através de 107 entidades representativas, receberam orientação para a administração de uma verba de Cr\$ 420 milhões em um seminário de treinamento, realizado ontem no auditório da LBA (Legião Brasileira de Assistência). Na oportunidade, também seria repassado um repasse de verbas para 131 associações comunitárias, sendo 57 na Capital e 74 no Interior. Os Cr\$ 435,5 milhões seriam aplicados em obras de saneamento doméstico - construção de banheiros, aquisição de filtros e outras necessidades básicas, adequando-se na realidade de combate ao cólera.

A verba para a orientação dos pequenos produtores foi fruto de convênio entre a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará (FECECE) e a LBA. Dois mil pequenos produtores rurais seriam beneficiados, numa área plantada de dois mil hectares, com uma produção prevista em 34 mil toneladas de raízes. Técnicos da Ematerce (Empresa Técnica de Extensão Rural) se responsabilizarão pela orientação dos agricultores. A Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (Seara) também está envolvida no convênio. O objetivo é dar um apoio técnico-financeiro ao pequeno produtor, melhorando sua produtividade através de uma linha de crédito especial.

No convênio de apoio a projetos comunitários, a verba repassada beneficiaria 9.700 famílias sem a aquisição de filtros e 9.300 com a melhoria habitacional (cacimbões comunitários, construção de banheiros e outras aplicações). A idéia é melhorar as condições sócio-econômicas da população, principalmente diante do risco do cólera em todo o Estado. Em janeiro deste ano, já haviam sido repassados Cr\$ 435 milhões para melhorias comunitárias, beneficiando 20 mil famílias.

### BOA RENDA

No Ceará, o cultivo da mandioca dura 18 meses. O produto é uma das principais rendas do Estado, perdendo somente para a cana-de-açúcar. Mesmo com alguns pontos positivos, existem entraves para a baixa rentabilidade dos produtores e a falta de linhas especiais de créditos e custeio. A utilização de insumos (adubos e defensores) também acaba desestimulando os agricultores. A farinha de mesa, hoje, chega a quase todas as famílias cearenses. A LBA, Seara Ematerce e FECECE firmaram convênio para tentar diminuir essas dificuldades - com um valor de Cr\$ 657 milhões. Os trabalhos serão desenvolvidos em conjunto (acompanhamento, avaliação, transferência de tecnologia, aperfeiçoamento, capacitação, cursos periódicos e orientação quanto à comercialização e capacitação gerencial). Os recursos investidos não serão a fundo perdido. Cada produtor assinaria um acordo para devolver 10%, que seriam aplicados em instituições filantrópicas da própria comunidade. Só em 92, os convênios assinados, destinados a pequenos produtores, somam mais de um bilhão de cruzeros.



# CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

PARECER Nº 30 /93

Ao Projeto de Lei nº 053/93

Dispensado de Impressão e Intercício

Em 30.9.93 1993

*[Signature]*  
PRESIDENTE

A Vereadora Gorete Pereira submeteu a apreciação do Plenário desta Casa o incluso Projeto de Lei que "Considera de utilidade pública a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, na forma que indica".

Nada havendo que o impossibilite e estando de acordo com a Legislação em vigor, somos favoráveis à sua aprovação.

É o nosso Parecer.

Sala das Sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fortaleza, em 25 de março de 1993.

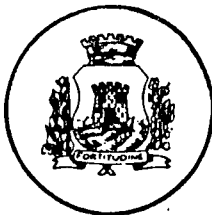
*[Signature]*  
RELATOR

*[Signature]*  
SEREN

PRESIDENTE

*[Signature]*

FAO



# CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

## COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 053/93.

APROVADO  
Em 14 de 1993  
*[Signature]*  
PRESIDENTE

Considera de utilidade pública a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, na forma que indica.

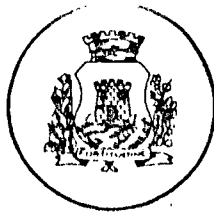
A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, sociedade civil, sem fins lucrativos com sede e foro em Fortaleza.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fortaleza, em 06 de abril de 1993.

*[Signature]* PRESIDENTE  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

ZFA


Ofício nº 518 /93.

Fortaleza, 12 de abril de 1993.

Senhor Prefeito:

Na conformidade do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal, tenho a satisfação de encaminhar a V.Exa., o presente autógrafo de Lei aprovado por esta Câmara, que "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA, A FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ, NA FORMA QUE INDICA.

Cordialmente,

  
Vereador José Sarto Nogueira  
Presidente

Exmo.Sr.

Dr. Antônio Elbano Cambraia

DD. Prefeito Municipal de Fortaleza

Nesta



# CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº                      DE                      DE                      DE 1993.

Considera de utilidade pública a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, na forma que indica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará, sociedade civil, sem fins lucrativos com sede e foro em Fortaleza.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA CIDADE, EM                      DE                      DE 1993.

ANTONIO ELBANO CAMBRAIA  
Prefeito Municipal

fao